# Demonstrações financeiras individuas e consolidadas

Maestro Locadora de Veículos S.A.

31 de dezembro de 2018 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2018 e 2017

Índice

# Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolida	adas1
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações dos patrimônios líquidos	
Demonstrações dos fluxos de caixas - método indireto	
Demonstrações dos valores adicionados	
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	52
Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes	53

# Relatório da Administração

### I-) A COMPANHIA

A Maestro atua no segmento de Terceirização e Gestão de Frotas de veículos e caminhões através de contratos de longa duração.

No final de 2018, a frota total da Maestro era de 3.683 veículos distribuídos em mais de 300 clientes em todo território nacional, com frotas de até 700 unidades (carros e/ou caminhões).

A Maestro compra seus veículos diretamente das principais montadoras do país, contando com *mix* diversificado de fabricantes na sua frota.

Durante o prazo dos contratos de locação, tipicamente entre 12 e 60 meses, serviços de manutenção preventiva e corretiva são prestados por 18.000 oficinas com cobertura nacional.

A venda de veículos é feita através de parceria com nossa rede de mais de 1.000 lojistas o que nos permite fazer desativação rápida e eficiente, com baixa estrutura fixa e dentro dos parâmetros de precificação estabelecidos. Em dezembro de 2018, com a aquisição da Minas Real Vendas e Serviços Ltda. ("Locarcity") adicionamos 1.014 veículos à frota total, além de diversificar geograficamente a nossa atuação comercial, inclusive para a venda de semi-novos.

Ao longo do ano, adicionalmente à aquisição da Locarcity, crescemos 9% a nossa frota e consolidamos base de clientes maior e mais diversificada, com soluções de gestão completas e inovadoras. Estamos também em linha com as modernas tendências tecnológicas, com novos clientes atuando no segmento de aplicativos de mobilidade urbana, segmento de inegável potencial de crescimento significativo para os próximos anos.

### 2-) MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

É com prazer que mostraremos a seguir os resultados e conquistas obtidas em 2018, um ano com importantes realizações para a companhia e que fortalecerão o nosso DNA de gerar cada vez mais valor para todos os nossos *stakeholders*: retorno aos acionistas, satisfação aos clientes, parceria com os fornecedores, realizações dos colaboradores e boas práticas para a sociedade.

Após alguns anos de procura pelo parceiro ideal para projeto de M&A, concretizamos a primeira aquisição em dezembro de 2018 – a Locarcity, uma empresa sediada em Belo Horizonte, com mais de 10 anos de atuação e que atende 180 clientes de diversos setores. Focada em terceirização de frotas e sempre na busca pela excelência no atendimento ao cliente, a Locarcity traz para a Maestro crescimento em frota, faturamento, presença nacional e possibilidade de melhores margens e retornos após captura de sinergias.

Dando continuidade ao processo de crescimento, criamos novos produtos e diversificamos mais a carteira. Desenvolvemos uma locação específica para atender a crescente demanda dos aplicativos de mobilidade, conquistamos clientes em setores até então sem histórico e consolidamos a nossa locação de veículos Pesados, serviço ainda pouco representativo no Brasil mas com nítida tendência de crescimento.

Mantivemos nosso compromisso na oferta de um produto cada vez melhor, com criação do cartão combustível Maestro integrado com o nosso sistema de *business intelligence* (BI), crescimento da rede de oficinas e concessionárias, automatização na coleta de notas fiscais e incremento de novos indicadores da frota para os clientes. As melhorias implementadas em nosso BI permitem aos clientes o gerenciamento não só das despesas de frota contratadas conosco, mas também de todas as demais relacionadas a frota para prover a informação mais desejada pelas empresas no tema (TCO – *total cost of ownership*).

Pensando em boas práticas para a sociedade, decidimos neutralizar o carbono de toda a frota interna da companhia com a plantação de centenas de árvores no Parque Ecológico do Tietê, através da parceria estabelecida com o IBDN (Instituto Brasileiro de Defesa da Natureza). Aproveitamos esta ação para criar um subproduto que não terá fins lucrativos e assim todos os clientes poderão contribuir com o meio ambiente e receber o mesmo certificado (*Carbon Free*).

Para viabilizar o crescimento, a aquisição da Locarcity e melhoria no perfil da dívida da empresa, acessamos o mercado de capitais com a emissão de duas debêntures. Os *road shows* realizados proporcionaram a experiência de conhecer e ganhar a confiança de vários novos investidores, que serão sempre parceiros vistos como estratégicos para o sucesso em longo prazo da empresa.

Agradecemos em nome do nosso time a todos que de alguma forma participaram e contribuíram para a consolidação e desenvolvimento da Maestro nos seus doze anos de história!

Fabio Lewkowicz Diretor Presidente

### 3-) COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO (\*)

Em 2018 a Maestro conquistou resultados operacionais recorde, alongou de forma significativa o perfil de seu endividamento com duas emissões de debêntures CVM476 e fez sua primeira aquisição de empresa do setor em dezembro, permitindo começar o ano de 2019 já com frota total 52 % superior ao início de 2018.

O EBITDA de 2018 atingiu R\$25,3m, aumento de 20% em relação ao ano anterior. Contribuíram o aumento da receita de locação no período em 12% e a redução das despesas operacionais, com aumento de eficiência e diluição de custos fixos de estrutura. A margem EBITDA (sobre a receita líquida de aluguel) atingiu 59%, um aumento de 4p.p. em relação ao ano anterior. Tal EBITDA praticamente não teve influência do EBITDA da Locarcity, uma vez que a aquisição deu-se em meados de dezembro de 2018.

A venda de veículos continuou cumprindo os objetivos de vendas em valores iguais ou acima dos residuais projetados, evidenciando a robustez do modelo de precificação adotado e mantendo trajetória de sólidos resultados dos últimos períodos. Em 2018 os veículos foram vendidos a 105% do valor contábil de custo, superior ao patamar de 102% atingido no ano anterior.

O resultado recorrente antes de impostos atingiu o patamar de R\$2,1m, o dobro do valor de R\$1,0m do ano anterior.

As duas emissões de debêntures realizada no ano totalizaram R\$142m captados a mercado, sendo R\$80m na segunda série em maio e R\$62m na terceira em dezembro.

Estas novas emissões permitiram, além do financiamento para crescimento orgânico e aquisição, alongamento significativo do perfil do endividamento da companhia que conclui o ano com 81% de sua dívida no longo prazo.

Em 2018, aproximadamente R\$57m de dívidas mais curtas e caras foram pré-pagas, gerando aumento de R\$3,1m em despesas financeiras **não recorrentes,** integralmente reconhecidos nas despesas financeiras líquidas do período findo em 31/12.

Em 14/12/2018 a Maestro concluiu a aquisição da empresa Minas Real de Belo Horizonte (Locarcity), empresa que também atua primordialmente no setor de terceirização de frotas com perfil de clientes complementar ao da Maestro. Além do crescimento da base de clientes com maior pulverização (menos concentração), a Locarcity contribuirá para a saudável diversificação geográfica tanto de clientes de locação como na venda de veículos usados.

A Locarcity adicionou R\$34,5 m em frota contábil e R\$44,5m em frota FIPE à Maestro que no consolidado em dez/18 atingiu R\$ 142,9m e R\$ 173,2m. O EBITDA da Locarcity em 2018 foi de R\$12m.

Concluímos reafirmando nosso compromisso de continuamente avançar em nossos objetivos de rentabilização do capital investido, atendendo nossos clientes de forma diferenciada, com alto nível de eficiência operacional e solidez financeira. Os números e conquistas de 2018 corroboram esta posição e nos dão confiança que continuaremos nossa trajetória de crescimento sustentado para os próximos períodos.

Exercício social encerrado em 31 de deze					le dezembr	o de
	2018	ΑV	2017	ΑV	Variaç	ão
(em R\$ mil, exceto percentuais)		(%)		(%)		(%)
Demonstração do Resultado						
Receita líquida	62.283	100%	70.989	100%	(8.706)	-12%
Bruta de Locação	47.235	76%	42.070	59%	5.165	12%
(-) impostos sobre receita locação	(4.369)	-7%	(3.890)	-5%	(479)	12%
Venda de veículos	19.417	31%	32.809	46%	(13.392)	-41%
Custo de locação e venda de veículos	(40.199)	65%	(49.783)	70%	9.584	-19%
Lucro bruto	22.084	35%	21.206	30%	878	4%
(Despesas) receitas operacionais administrativas e gerais (a)	(9.050)	15%	(9.555)	13%	505	-5%
Outras receitas operacionais (b)	849	1%	215	0%	634	295%
Total operacionais (a)+(b)	(8.201)	-13%	(9.340)	-13%	1.139	-12%

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de						
	2018	AV	2017	AV	Varia	ção	
(em R\$ mil, exceto percentuais)		(%)		(%)		(%)	
Resultado antes das despesas fin. liq. e impostos	13.883	22%	11.866	17%	2.017	<b>17</b> %	
Despesas financeiras	(16.858)	27%	(12.403)	17%	(4.455)	36%	
Receitas financeiras	1.988	3%	1.587	2%	401	25%	
Despesas financeiras, líquidas	(14.870)	-24%	(10.816)	-15%	(4.054)	37%	
Lucro (prejuízo) antes dos impostos (*)	-987	-2%	1.050	1%	-2.037	-194%	
Imposto de renda e contribuição social diferidos/correntes	270	0%	(668)	-1%	938	-140%	
(Prejuízo) lucro líquido do período (*)	-717	-1%	382	1%	-1.099	-288%	

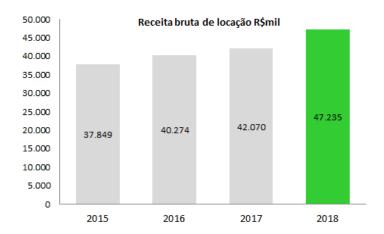
<sup>(\*)</sup> para efeitos de comparibilidades exlui R\$(443)k equivalência patrimonial Locarcity em 2018

# 3-1) RECEITA DE LOCAÇÃO E VENDA DE VEÍCULOS

A receita líquida total é composta de receita de aluguel e receita de venda de veículos.

R\$mil	2015	2016	2017	2018
Aluguel	37.849	40.274	42.070	47.235
Venda de carros	26.872	23.434	32.809	19.417
Total	64.721	63.708	74.879	66.652
Crescimento	2015	2016	2017	2018
Aluguel	9%	6%	4%	12%
Venda de carros	114%	-13%	40%	-41%
CAGR 2018-2015 (	aluguel de v	veículos)		8%

A receita de aluguel de veículos em 2018 apresentou aumento de 12% em relação ao ano anterior, atingindo R\$47,2m. Esta variação é devida ao aumento da frota média locada ao longo do ano. Em 2018, a frota locada média foi de 2.419 veículos em comparação com 2.149 de 2017, variação equivalente a 12,6%.



# 3-2 CUSTO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

No fim do exercício de 2018, os custos de locação e venda de veículos representaram 65% da receita líquida total, redução frente aos 70% do ano anterior.

Os custos de venda de veículos totalizaram R\$18,5m em 2018, valor inferior em R\$13,7m ao ano anterior e consistente com a menor receita de venda associada a estes (como no parágrafo anterior) de R\$13,4m. Expurgando-se os efeitos dos custos de venda de veículos, chegamos aos custos diretos de locação totais de R\$21,7m em 2018, frente ao valor de R\$17,6m do ano anterior, aumento de R\$4,1m.

Os custos diretos de locação podem ser decompostos 3 grupos principais:

- Custos com depreciação que atingiram R\$11,3m em 2018, apresentando aumento de 26% em relação ao ano anterior. Este crescimento está em linha com a frota média líquida ao longo dos meses que foi de R\$83,1m em 2017 para R\$101,1m em 2018, variação de 22%. A maior penetração de caminhões no ativo também contribuiu marginalmente para o crescimento do índice.
- Custos de manutenção (incluindo custo com pessoal) que atingiram R\$13,1m e foram 20% maiores que em 2017, crescimento também em linha, embora ligeiramente inferior, com a variação da frota líquida
- Recuperação de crédito de PIS/COFINS que teve aumento (com efeito redutor no custo total direto) de 17% equivalente a R\$394k no período de 12meses.

### **3-3 LUCRO BRUTO**

O Lucro Bruto atingiu R\$22,1m aumento de 4% em relação ao ano anterior, com as receitas crescendo marginalmente mais do que os custos diretos (vide tabela consolidada pág.4).

### 3-4 DESPESAS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

As despesas operacionais administrativas tiveram queda de 5% e contribuíram significativamente para o resultado antes de impostos e das despesas financeiras.

Este resultado reflete uma operação mais eficiente e enxuta, tendo sido possível crescer receita sem aumento de estrutura fixa no período.

Vale ressaltar também contribuição positiva importante de "Outras Receitas Operacionais" (variação de R\$634k em 12meses). Esta rubrica inclui itens como recuperação de multas de trânsito e manutenção, bem como gestão de venda de veículos para terceiros.

# 3-5 RESULTADO NA VENDA DE VEÍCULOS - desativação da frota

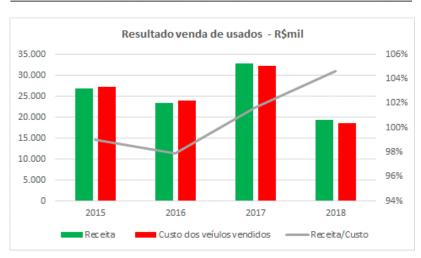
Em 2018, vendemos os veículos seminovos a 105% do custo total, evidenciando solidez na política de precificação e confiável canal de desmobilização. Ao longo dos últimos anos temos vendidos nossos carros através de nossa rede de parceiros lojistas em todo território nacional.

### Resultado da desmobilização de veículos

	2015	2016	2017	2018
R\$mil	2013	2010	2017	2010
Receita	26.872	23.434	32.809	19.417
Custo dos veíulos vendidos	27.135	23.945	32.272	18.564
Resultado	-263	-511	537	853
Receita/Custo	99%	98%	102%	105%

#### **CAGR 2018-2015 EBITDA**

-10%

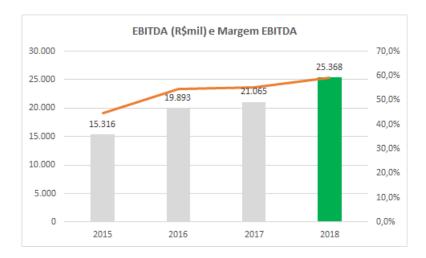


### 3-6 EBITDA e MARGEM EBITDA

A combinação do aumento da margem bruta e redução das despesas operacionais levaram o EBITDA de 2018 a um patamar recorde para a Companhia, tanto em valores absolutos como em margem em relação a receita líquida de aluguel.

### **EBITDA**

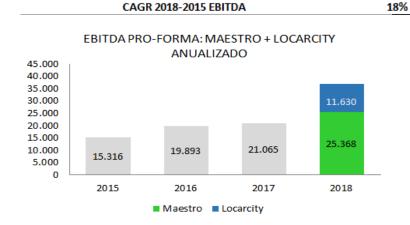
R\$mil	2015	2016	2017	2018
EBITDA	15.316	19.893	21.065	25.368
Crescimento EBITDA	-8%	30%	6%	20%
Margem EBITDA	44,6%	54,4%	55,2%	59,2%
Receita Liquida de Locação (*)	34.358	36.549	38.180	42.866
(*) Receita bruta de locação - impost	tos, vide nota	17 (DF)		
CAGR 2018-2	015 EBITDA			18%



Se considerarmos a inclusão *pro-forma* do EBITDA de 12meses em 2018 da Locarcity, R\$12m chegamos a um valor consolidado de R\$37,0m.

### EBITDA PRO-FORMA: MAESTRO + LOCARCITY ANUALIZADO

R\$ mil	2015	2016	2017	2018
Maestro	15.316	19.893	21.065	25.368
Locarcity	-	-	-	11.630
EBITDA PRO-FORMA	15.316	19.893	21.065	36.998



# 3-7 DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

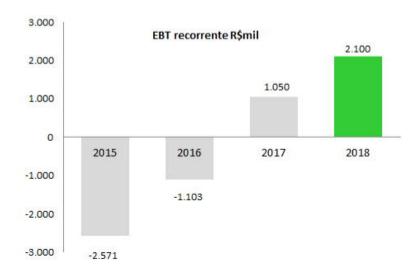
Em 2018, as despesas financeiras líquidas aumentaram R\$4,1m. Esta variação tem duas origens e naturezas distintas:

- Efeitos não-recorrentes totalizando R\$3,1m ou 76% da variação total. Este número é composto por:
  - o R\$1,5m em fees de pré-pagamento, com efeito caixa, de operações financeiras de curto prazo.
  - R\$1,6m de reconhecimento antecipado de despesas de transação de operações financeiras prépagas, sem efeito caixa.

• Efeito recorrente de R\$1,0m equivalente a 9,24% em relação ao ano anterior e compatível com o aumento de dívida líquida (excluindo efeito de compra da Minas Real).

### 3-8 LUCRO ANTES DE IMPOSTOS E LUCRO LIQUIDO

O lucro líquido recorrente antes de impostos (sem os efeitos não recorrentes financeiros acima e equivalência patrimonial da Locartcity de R\$(443)K) em 2018 foi de R\$2,1m, praticamente o dobro do valor de R\$1,1m do ano anterior.



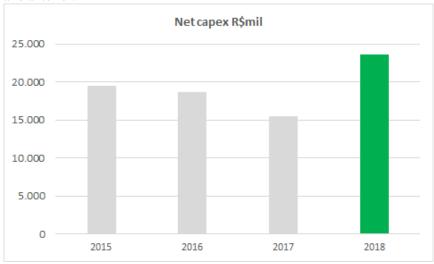
O resultado líquido final, afetado pelas despesas financeiras não recorrentes e também impostos diferidos foi R\$(1.160)k frente ao valor positivo de R\$382k no ano anterior.

### 4-) INVESTIMENTOS

A Companhia investiu R\$43,0m em aquisição de novos veículos em 2018 perfazendo total de 887 carros ao preço médio de R\$48,5k por veículo. Em 2017, o valor médio dos carros comprados foi de R\$ 45,9k. Os descontos com montadoras permaneceram em níveis equivalentes.

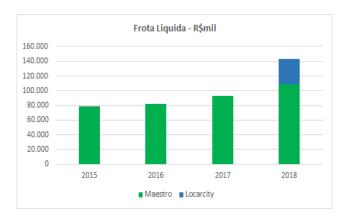
R\$mil	2015	2016	2017	2018
Aquisição				
Investimento	46.412	42.154	48.240	42.979
#veículo	1.232	974	1.052	887
preço medio	37,7	43,3	45,9	48,5
Venda				
Desinvestimento	26.872	23.434	32.809	19.417
#veículos	1.249	1.149	1.109	659
preço medio	21,5	20,4	29,6	29,5
Net capex R\$mil	19.540	18.720	15.431	23.562

O valor de Capex líquido (compra menos venda de veículos) atingiu R\$23,6m, aumento de 53% em relação ao ano anterior.



### 5-) FROTA

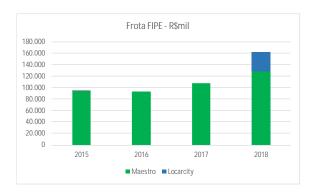
A frota total da Maestro (individual) atingiu R\$108,8m no final do período de 2018, aumento de 17% em relação ao ano anterior. Quando considerada a adição da Locarcity de R\$34.1m a frota liquida contábil alcança R\$143,0m, equivalente ao crescimento de 53% em 12 meses.



### Frota Contábil (fim de período)

	2018
956 92.375	108.861
	34.071
956 92.375	142.932

Em relação à frota FIPE (mercado) o crescimento de Maestro individual foi de 20% em 2018 e o consolidado de 62%. Estas variações, numericamente superiores as variações da frota contábil do quadro acima, denotam aumento no desconto da compra dos veículos.



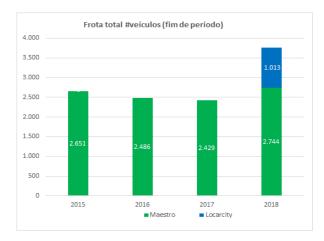
### Frota FIPE (fim de período)

R\$mil	2015	2016	2017	2018
Maestro	93.875	92.751	107.509	128.942
Locarcity	-	4	+	44.255
Total	93.875	92.751	107.509	173.197

O número de veículos total da frota aumentou por sua vez 9% em 2018, atingindo 2.669unidades. Com a adição de 1.014 veículos da Locarcity o crescimento total anual foi de 52%.

### Frota total # veículos (fim de período)

unidades	2015	2016	2017	2018
Maestro	2.651	2.486	2.429	2.669
Locarcity	(5)		100	1.014
Total	2.651	2.486	2.429	3.683

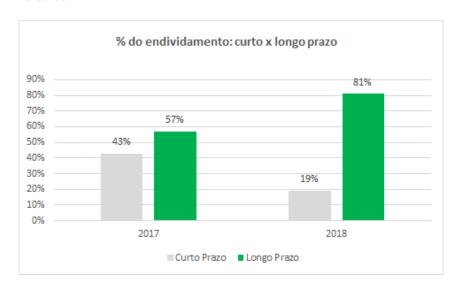


### 6-) ENDIVIDAMENTO

O endividamento final total do período está afetado pela aquisição da Minas Real em 14/12/2018. Com a 2ª e 3ª Emissões de debêntures em 2018, com prazos totais de 4 anos, o perfil do endividamento ficou consideravelmente mais alongado no fechamento do período, com 81% vencendo em mais de 1 ano, frente a 57% em dez/17.

Endividamento	2018		2017		Var 18/17
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	%
Circulante	27.309	19%	33.250	43%	-18%
Não circulante	116.529	81%	43.320	57%	169%
Endividamento Bruto Total	143.838	100%	76.570	100%	88%
Caixa e Aplicações	36.981		15.455		139%
Endividamento Líquido Total	106.857		61.115		75%

A 2ª Debênture foi concluída em maio com valor total captado de R\$80m, prazo de 48 meses, sem carência e ao custo de CDI+4,5%/ano. O uso dos recursos foi alongamento do perfil da dívida (aprox. 50%) e aquisição de veículos.



A 3ª. Debênture foi concluída em dezembro com valor total captado de R\$62m, prazo de 48 meses, com 12 meses de carência de principal, ao custo de CDI+5,0%/ano. Os recursos foram utilizados na quitação integral do saldo devedor da 1ª. Debênture (de jan/15) e na aquisição da Locarcity.



Ambas as operações são garantidas por alienação fiduciária de veículos e cessão de recebíveis/contratos das operações.

### 7-) COVENANTS FINANCEIROS

Os covenants da 2ª. e 3ª Emissões são idênticos, tanto nos limites como nas definições.

COVENANT	Ok quando	2015	2016	2017	2018
Dívida Liquida/EBITDA (*)	<=3,5x	3,04	2,92	2,90	2,90
Dívida Líquida/PL	<=3,25x	1,27	1,17	1,22	2,20
Dívida Liquida / Frota Líquida	<=0,85x	0,60	0,71	0,66	0,75
Resultado venda usados	>=93%	99%	98%	102%	105%
(*) inclui EBITDA LTM Locarcity conform	ne definição das Escrit	uras II e III.deb.			

### 8-) FATOS RELEVANTES

- Em 04 de maio de 2018, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre a 2ª emissão de debêntures simples para aquisição de novos veículos para aumento e reposição da frota da Companhia no montante mínimo de R\$30.000.000,00, refinanciamento de dívidas da Companhia no montante máximo de R\$40.000.000,00, reforço de caixa da Companhia no montante máximo de R\$10.000.000,00 e ratificou a prática de todos os atos necessários para registro e liquidação da Emissão.
- Em 13 de novembro de 2018, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre a 3ª emissão de debêntures simples para reforço de fluxo de caixa da Emissora e pagamento das despesas da Emissão no montante de R\$1.000.000,00, pagamento da primeira parcela do preço de aquisição de sociedade que tem como objeto social a locação e gestão de veículos e/ou frota automotiva no montante de R\$5.500.000,00, aporte de recursos na Sociedade Alvo no montante de R\$20.500.000,00, realização de resgate antecipado facultativo da 1ª emissão de debêntures simples no montante de R\$17.000.00,00 e ratificou a prática de todos os atos necessários para registro e liquidação da Emissão.
- Em 13 de novembro de 2018, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre a aquisição pela Companhia das quotas representativas da totalidade do capital social da Minas Real Vendas e Serviços Ltda., sociedade limitada devidamente constituída de acordo com as leis do Brasil; a celebração pela Companhia, na qualidade de compradora, do contrato de compra e venda de quotas refletindo a Aquisição da Minas Real ("Contrato") e ratificou a prática de todos os atos e medidas necessárias à implementação das deliberações aprovadas nesta assembleia.
- Em 14 de dezembro de 2018 ocorreu o fechamento da operação prevista no "Contrato de Compra e Venda de Quotas", celebrado em 13 de novembro de 2018, resultando, assim, na aquisição, pela Companhia, das quotas representativas da totalidade do capital social da Minas Real Vendas e Serviços Ltda. ("Operação"), conforme aprovado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 13 de novembro e em 14 de dezembro de 2018. A Companhia informa ainda que todas as condições precedentes necessárias ao fechamento da Operação foram cumpridas, inclusive a obtenção, pela Companhia, de financiamento específico para a Operação.

### 9-) ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O quadro societário da Companhia permaneceu inalterado em 2018.

Acionista	Ações ordinárias	Ações ordinárias %	Ações preferen ciais	Ações preferen ciais %	Total de ações	Total de ações %
Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes Stratus Fleet	780.687	45,02	-	-	780.687	45,02
Stratus SCP Brasil FIP	541.119	31,21	-	-	541.119	31,21
Fabio Lewkowicz	129.604	7,47	-	-	129.604	7,47
Alan Lewkowicz	123.431	7,12	-	-	123.431	7,12
Natalie Lewkowicz Rivkind	117.269	6,76	-	-	117.269	6,76
Lewco Participações e Administração Ltda.	29.629	1,71	-	-	29.629	1,71
Stratus Investimentos Ltda	12.249	0,71	-	-	12.249	0,71
TOTAL	1.733.988	100%	-	-	1.733.988	100%

### 10-) RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Ao longo do exercício de 2018, em atendimento à instrução CVM 381/03, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes prestou exclusivamente serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Em atendimento ao artigo 25, paragrafo 1°, incisos V e VI, da Instrução CVM n° 480/09, os Diretores da Companhia Fabio Lewkowicz, Diretor Presidente, Carlos Miguel de O. M. B. Alves, Diretor Financeiro, Monica Jorgino Marcondes, Diretora Superintendente e Felipe Braz Brandão De Souza, Diretor sem designação específica, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no relatório emitido em 28 de março de 2019 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.



São Paulo Corporate TowersAv. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **Maestro Locadora de Veículos S.A.** Embu das Artes - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Maestro Locadora de Veículos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Maestro Locadora de Veículos S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### Estimativa de realização dos tributos diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social conforme detalhado na nota explicativa 9.b, no montante de R\$ 12.095 mil em 31 de dezembro de 2018. A Companhia reconhece estes tributos diferidos na extensão em que haja lucro tributável futuro.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à subjetividade e julgamento na estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros.



### Como nossa auditoria conduziu o assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, envolvemos nossos profissionais especialistas em avaliação para nos auxiliar nas análises sobre as projeções de resultados e realização futura desses impostos diferidos ativos; envolvemos nossos especialistas em impostos para nos auxiliar nas análises sobre o cálculo dos impostos diferidos ativos; analisamos as projeções para a realização dos impostos diferidos preparadas pela Administração, que incluíram, principalmente: i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas; ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria, competidores e cenário econômico financeiro do ambiente nacional; e iii) análise do uso de método de avaliação e de informações externas. Tais informações são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado por aqueles responsáveis pela governança.

Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação aos impostos diferidos ativos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade do imposto de renda diferido ativo mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imposto de renda diferido ativo adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 9.b, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Definição do valor residual de veículos

Conforme mencionado na Nota 2, a Administração da Companhia define o valor residual dos veículos operacionais a partir do valor de venda esperado ao final de suas vidas úteis, considerando sua melhor estimativa e com base no histórico de eventos semelhantes. O valor depreciável de um veículo é a diferença entre o custo de aquisição e o valor residual estimado com base na vida útil definida que está diretamente relacionada à expectativa de renovação da frota.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à subjetividade e julgamento utilizados na definição da vida útil dos bens e do valor residual estimado.



### Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) o entendimento e avaliação das premissas utilizadas pela Administração na definição do valor residual de veículos; ii) revisão dos documentos que suportaram a definição das principais premissas aplicadas na definição do valor residual de veículos; e iii) análise do resultado na alienação dos veículos reconhecido durante o exercício.

Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação a definição do valor residual e vida útil dos veículos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a definição do valor residual de veículos, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de definição do valor residual e vida útil dos veículos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 2, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### **Outros assuntos**

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



# Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

# Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



# Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2019.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC - 2SP034519/O-6

Lazaro Angelim Serruya

Contador CRC-1DF015801/O-7

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Individual			Consolidado
	Nota	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	34.925	11.239	35.018
Aplicações financeiras de uso restrito	5	-	900	-
Contas a receber de clientes	6	8.343	9.230	10.263
Veículos em desativação para renovação da frota	7	1.132	538	3.611
Impostos a recuperar		879	595	879
Despesas antecipadas	8	2.681	1.023	2.681
Outras contas a receber		845	852	834
Total do ativo circulante		48.805	24.377	53.286
Não circulante				
Aplicações financeiras de uso restrito	5	2.056	3.316	2.056
Contas a receber de clientes	6	2.674	2.391	2.683
Depósitos judiciais	15	34	-	34
Despesas antecipadas	8	331	924	331
Imposto de renda e contribuição social	9.b	12.095	11.825	12.095
Outras contas a receber		226	452	226
Investimento	10	42.202	-	-
Imobilizado	11	108.544	93.025	140.353
Intangível		8	5	7.217
Total do ativo não circulante		168.170	111.938	164.995
Total do ativo		216.975	136.315	218.281

	Individua		dual	Consolidado	
	Nota	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Forecedores	12	3.236	6.148	3.564	
Empréstimos e financiamentos	13	5.967	22.104	6.292	
Debêntures a pagar	14	21.342	11.146	21.342	
Salários, encargos e contribuições		498		667	
sociais			482		
Obrigações tributárias		763	714	718	
Contas a pagar por aquisição de negócio	23	17.337	-	17.337	
Outras contas a pagar		2.279	2.029	2.425	
Total do passivo circulante		51.422	42.623	52.345	
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	12.171	31.289	12.499	
Debêntures a pagar	14	104.358	12.031	104.358	
Outras contas a pagar		226	452	227	
Provisão para contingências	15	56	18	110	
Total do passivo não circulante		116.811	43.790	117.194	
Patrimônio líquido					
Capital social	16	51.735	51.735	51.735	
Reserva de lucros	. •	3.796	3.796	3.796	
Prejuízos acumulados		(6.789)	(5.629)	(6.789)	
Total do patrimônio líquido		48.742	49.902	48.742	
Total do passivo e patrimônio líquido		216.975	136.315	218.281	

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Individual		lual	Consolidado
	Nota	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018
Receita líquida Custos de locação e venda de veículos	18 19	62.283 (40.199)	70.989 (49.783)	63.073 (40.784)
Lucro bruto		22.084	21.206	22.289
(Despesas) receitas operacionais Administrativas e gerais Outras receitas operacionais, líquidas Resultado de Equivalência Patrimonial	20 20 10	(9.050) 849 (443) (8.644)	(9.555) 215 - (9.340)	(9.245) 849 - (8.396)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		13.440	11.866	13.893
(Despesas) receitas financeiras				
Despesas financeiras Receitas financeiras	21 21	(16.858) 1.988	(12.403) 1.587	(17.312) 1.989
Despesas financeiras, líquidas		(14.870)	(10.816)	(15.323)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos		(1.430)	1.050	(1.430)
Imposto de renda e contribuição social correntes Imposto de renda e contribuição social	9.a	-	(629)	-
diferidos	9.a	270	(39)	270
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(1.160)	382	(1.160)
(Prejuízo) Lucro por ação - básico e diluído	17	(0,67)	0,22	(0,67)

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Indiv	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício Outros resultados abrangentes	(1.160) -	382	(1.160) -
Total dos resultados abrangentes	(1.160)	382	(1.160)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

			_	Reserva	a de lucros	_	
	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Reserva legal	Dividendos não distribuídos	Lucros acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2017		51.735	(5.901)	641	3.045	-	49.520
Lucro líquido do exercício Constituição de reserva legal Constituição de reserva de		- -	- -	- 19		382 (19)	382 -
dividendos a distribuir Compensação de prejuízos		-	- 272	-	91 -	(91) (272)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	51.735	(5.629)	660	3.136	-	49.902
Prejuízo líquido do exercício		-	(1.160)	-	-	-	(1.160)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>-</u>	51.735	(6.789)	660	3.136	-	48.742

Demonstrações dos fluxos de caixas - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Indi	vidual	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	
Fluxo de caixa das atividades operacionais (Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(1.160)	382	(1.160)	
Ajustes por:				
Împosto de renda e contribuição social diferidos	(270)	39	(270)	
Depreciação e amortização	11.482	9.200	11.273	
Custo residual do ativo imobilizado baixado e de veículos em desativação para				
renovação de frota	18.905	32.212	19.542	
Encargos financeiros	13.765	10.842	13.765	
Amortização dos custos de emissão das debêntures	(3.885)	704	(3.484)	
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	<b>` 24</b> 0	673	` 30 <b>5</b>	
Resultado de equivalência patrimonial	443	-	_	
Constituição/reversão de provisão para contingências	38	(82)	38	
Constituição/reversão da provisão para perda dos veículos imobilizados e em	00	(02)	•	
desativação para renovação de frota		(319)		
desativação para renovação de nota	-	(319)	-	
Variações nos ativos e passivos:				
Caixa adquirido na combinação de negócios	-	-	2	
Contas a receber de clientes	364	(980)	345	
Aquisições de veículos (vide nota 23)	(48.343)	(42.878)	(48.343)	
Impostos a recuperar	(284)	433	(284)	
Despesas antecipadas	(1.065)	331	(1.065)	
Depósitos judiciais	(34)	101	(34)	
Outras contas a receber	233	(636)	284	
Fornecedores (exceto montadora)	2.451	(263)	1.914	
Salários, encargos e contribuições sociais	16	(79)	47	
Obrigações tributárias	49	300	(64)	
o,	23	1.434	20	
Outras contas a pagar	(7.032)	11.414	(7.169)	
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(7.032)	11.414	(7.109)	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras de uso restrito	2.160	455	2.160	
Aquisição de investimento – Minas Real	(6.000)	_	(6.000)	
Aporte de capital em investidas	(19.307)	_	` -	
Aquisição de outros ativos imobilizados	(3.521)	(2.876)	(3.521)	
Adição ao ativo intangível	(3)	(=.0.0)	(3)	
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(26.671)	(2.421)	(7.364)	
Caixa inquido proveinente das atividades de investimentos	(20.071)	(2.421)	(7.304)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos, financiamentos, debêntures e consórcios	152.737	37.131	152.737	
Amortização de empréstimos, financiamentos, debêntures, consórcios e				
arrendamentos financeiros	(83.914)	(31.205)	(103.033)	
Juros pagos	(11.434)	(9.973)	(11.392)	
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	57.389	(4.047)	38.312	
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	23.686	4.946	23.779	
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	44.000	0.000	44.555	
No início do exercício	11.239	6.293	11.239	
No fim do exercício	34.925	11.239	35.018	

Demonstrações dos valores adicionados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Ind 31/12/2018	ividual 3 31/12/2017	Consolidado 31/12/2018
Receitas Receita bruta de locação e venda de veículos Outras receitas Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	66.652 3.762 (240) 70.174	74.879 5.058 (673) 79.264	67.502 3.761 (305) 70.958
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS, IPI, PIS e COFINS) Custos dos serviços prestados Materiais, energia, serviços de terceiros e outros Comerciais e publicidade Custo na alienação para renovação de veículos da frota e outros ativos imobilizado	(11.820) (3.129) (108) (18.466) (33.523)	(11.908) (2.836) (101) (32.183) (47.028)	(11.949) (3.171) (106) (18.646) (33.872)
Valor adicionado bruto	36.651	32.236	37.086
Depreciação e amortização	(11.482)	(9.200)	(11.733)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	25.169	23.036	25.353
Valor adicionado recebido em transferência Receitas financeiras Resultado de Equivalência Patrimonial	1.988 (443)	1.587 -	1.989
Valor adicionado total a distribuir	26.714	24.623	27.342
Distribuição do valor adicionado	26.714	24.623	27.342
Pessoal Remuneração direta Benefícios FGTS	4.063 691 230	4.460 594 234	4.141 699 235
Impostos, taxas e contribuições Municipais Federais	4 5.421	- 5.994	4 5.495
Remuneração de capitais de terceiros Juros e despesas sobre empréstimos e debêntures Aluguéis Outras	16.607 520 338	10.842 459 1.658	16.649 530 749
Remuneração de capital próprio (Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(1.160)	382	(1.160)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 1. Contexto operacional

A Maestro Locadora de Veículos S.A. ("Maestro" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, brasileira, de capital aberto, contudo sem ações negociadas em mercado. A Companhia foi constituída em 5 de abril de 2007, com escritório administrativo localizado na Avenida Queiroz Filho, 1560, Vila Hamburguesa, São Paulo, Estado de São Paulo e sede na Rua Paulo do Vale, 356 - Salão 3 fundos, Vila Cercado Grande, Embu das Artes, no Estado de São Paulo.

A Companhia atua em todo território nacional no segmento de locação de veículos de longa duração, sem motorista, provendo serviços de terceirização de frotas. Os veículos são comprados junto às principais montadoras do país, permanecem em utilização por um prazo médio de dois a três anos e são posteriormente vendidos em canais de revenda de usados e leilões especializados. Cabe ressaltar que em 31 de dezembro de 2018, a frota da Maestro era composta por 2.669 veículos no individual e 3.683 no consolidado (2.429 em 31 de dezembro de 2017 - individual).

No âmbito operacional, continuamos trabalhando no sentido de garantir a melhoria contínua da eficiência logística e operacional buscando reduzir tanto o número de dias em que o carro é disponibilizado para o cliente quanto o prazo em que o veículo é vendido.

Mantemos parcerias comerciais de longo prazo com as principais montadoras do país, garantindo não só base relativamente diversificada de potenciais fornecedores como também condições gerais competitivas para aquisição de veículos. Esse relacionamento tem garantido ao longo dos anos condições comerciais adequadas ao perfil de clientes que buscamos manter e conquistar. Buscamos também a melhoria contínua dessas condições gerais de aquisição de veículos à medida que a Companhia evolui em seu ciclo de negócios.

# 2. Base de preparação

### a) Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada; as normas e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM, e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação—Continuação

a) <u>Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos</u> <u>Contábeis (CPC) e as normas Comissão de Valores Mobiliários (CVM)</u>—Continuação

Todas as informações relevantes próprias desta demonstração financeira anual, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão desta demonstração financeira anual foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de março de 2019.

### b) <u>Base de consolidação das demonstrações financeiras</u>

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e incluem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas, encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis.

As controladas foram consolidadas integralmente, incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada conta, complementada com as eliminações de: (a) saldos de investimentos e do patrimônio líquido; (b) saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ ou passivo mantidos entre as Companhias consolidadas e (c) receitas e despesas, bem como lucros não realizados, quando aplicável decorrentes de negócios entre as Companhias consolidadas.

As informações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes companhias controladas, cuja participação percentual na data do balanço é como segue:

		% - Percentual		
Investidas	Nº de quotas	31/12/2018	31/12/2017	
Minas Real Vendas e Serviços Ltda.	34.928.120	100%	-	

Minas Real Vendas e Serviços Ltda atua no segmento de locação de automóveis sem condutor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação—Continuação

### c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

### d) <u>Uso de estimativas e julgamentos</u>

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### e) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota 07 Veículos em desativação para renovação da frota;
- Nota 11 Imobilizado (depreciação de veículos) e valor residual

### f) <u>Incertezas sobre premissas e estimativas</u>

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste significativo no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 06 Contas a receber de clientes (movimentação da PECLD);
- Nota 07 Veículos em desativação para renovação da frota;
- Nota 09 Imposto de renda e contribuição social diferidos:
- Nota 11 Imobilizado (depreciação de veículos e valor residual).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação—Continuação

### g) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

#### i) Ativos financeiros

### Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação—Continuação

- g) Instrumentos financeiros reconhecimento inicial e mensuração subsequente--continuação
  - i) Ativos financeiros--continuação

### Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Esta categoria é a mais relevante para a Companhia. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e empréstimos a controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação—Continuação

- g) Instrumentos financeiros reconhecimento inicial e mensuração subsequente--continuação
  - i) Ativos financeiros--continuação

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

A Companhia avalia os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se forem atendidas ambas as condições a seguir:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2018 e 2017 instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação—Continuação

- g) <u>Instrumentos financeiros reconhecimento inicial e mensuração subsequente--continuação</u>
  - i) Ativos financeiros--continuação

A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando a Companhia se beneficia destes proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

A Companhia não possui instrumentos patrimonial designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

### Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação—Continuação

- g) Instrumentos financeiros reconhecimento inicial e mensuração subsequente--continuação
  - i) Ativos financeiros—continuação

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo, e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação—Continuação

- g) Instrumentos financeiros reconhecimento inicial e mensuração subsequente--continuação
  - i) Ativos financeiros—continuação

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii) Passivos financeiros

## Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

### Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação—Continuação

- g) Instrumentos financeiros reconhecimento inicial e mensuração subsequente--continuação
  - ii) Passivos financeiros--continuação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Nessa categoria estão classificados os empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos e Contas a pagar e a receber de ex-acionistas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação—Continuação

- g) Instrumentos financeiros reconhecimento inicial e mensuração subsequente--continuação
  - ii) Passivos financeiros--continuação

### Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

## iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

### h) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os veículos em desativação para renovação da frota são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda:
- Os instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

### i) Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação—Continuação

i) Principais políticas contábeis-Continuação

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Aplicações financeiras de uso restrito

Aplicações financeiras de uso restrito referem-se a certificados de depósito bancário, que refletem as condições usuais de mercado, e na data do balanço patrimonial, não possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros, e mensuradas ao valor justo em contrapartida do resultado. Essas aplicações financeiras são garantidoras de empréstimos bancários da Companhia.

Conta a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber representam os serviços prestados e a venda de veículos até a data dos balanços patrimoniais, e estão apresentadas líquidas de provisão para crédito de liquidação duvidosa, a qual foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

Veículos em desativação para renovação da frota

A frota de veículos é renovada após sua vida útil-econômica, que compreende basicamente o exercício em que a frota está alugada a terceiros. Após este exercício os veículos cessam sua depreciação e passam a ser mantidos para venda (atividade acessória à sua operação). Estes são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, conforme requerido pelo CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios. Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação—Continuação

### i) Principais políticas contábeis—Continuação

Veículos em desativação para renovação da frota—Continuação

características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação.

A desativação do ativo imobilizado ocorre em decorrência da necessidade de renovação da frota ao término do exercício de utilização da frota nas atividades de aluquel.

#### *Imobilizado*

# Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, constituídas quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

### Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual (valor estimado que a Companhia obterá com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperada para o fim de sua vida útil).

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação—Continuação

i) Principais políticas contábeis—Continuação

Imobilizado-Continuação

reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo exercício que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são aproximadamente:

	Individual e Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	
Veículos	2 - 3 anos	2 - 3 anos	
Equipamentos de informática e telefonia	5 - 10 anos	5 - 10 anos	
Máquinas e equipamentos	10 anos	10 anos	
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos	
Benfeitorias	10 anos	10 anos	
Acessórios	2 – 3 anos	2 – 3 anos	

Em relação aos veículos operacionais da Companhia, a depreciação é mensurada pela diferença entre o custo e o valor residual líquido, sendo, este último, o preço estimado de venda no curso normal dos negócios.

Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação.

Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação—Continuação

i) Principais políticas contábeis—Continuação

Outros ativos e passivos--continuação

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Redução ao valor recuperável

### Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia que seguem o pronunciamento CPC 01 R1, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação—Continuação

i) Principais políticas contábeis—Continuação

#### Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Adicionalmente, em casos raros onde não é claro se existe ou não uma obrigação presente, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço.

### Receita de locação de veículos

A receita de locação de bens (veículos) é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas de locação de frota são reconhecidas em bases mensais pelo exercício do contrato de aluguel.

### Venda de veículos

A receita líquida operacional da venda de bens (veículos), atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca de seus bens.

### Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e juros de mora incidentes sobre valores recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação—Continuação

i) Principais políticas contábeis—Continuação

### Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao prejuízo contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

### Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações anuais dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC). As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação—Continuação

i) Principais políticas contábeis—Continuação

### Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas.

### Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação—Continuação

i) Principais políticas contábeis—Continuação

Combinação de negócios--continuação

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurarse o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

### j) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações, que são aplicáveis à Companhia, estão descritos a seguir:

### CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47, equivalente à norma internacional IFRS 15, substitui o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente à norma internacional IAS 11), CPC 30 - Receitas (equivalente à norma internacional IAS 18) e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

O CPC 47 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. A norma também especifica a contabilização dos custos incrementais de obtenção de um contrato e os custos diretamente relacionados ao cumprimento de um contrato. Além disso, a norma exige divulgações mais detalhadas.

A Companhia adotou o CPC 47 utilizando o método de adoção prospectivo. O efeito da transição no período atual não foi divulgado, uma vez que a norma fornece um expediente prático opcional. A Companhia não aplicou nenhum dos outros expedientes práticos opcionais disponíveis.

A Companhia realizou uma avaliação dos impactos potenciais do CPC 47 e não identificou impactos relevantes em relação às práticas atualmente utilizadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação—Continuação

 j) <u>Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018--</u> continuação

#### **CPC 48 - Instrumentos financeiros**

O CPC 48 - Instrumentos financeiros, equivalente à norma internacional IFRS 9, substitui o CPC 38 (equivalente à norma internacional IAS 39) para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, reunindo todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração; redução ao valor recuperável; e contabilidade de hedge.

A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhado dos aspectos do CPC 48 (Classificação e mensuração e perda ao valor recuperável). Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de alterações nos modelos de gestão e perfil dos ativos financeiros mantidos pela Companhia nos próximos exercícios.

Em geral, a Companhia não detectou nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

### Normas emitidas mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

### CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação—Continuação

j) <u>Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018--continuação</u>

Normas emitidas mas ainda não vigentes--continuação

### CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil--continuação

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

Transição para o CPC 06 (R2)

A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) pelo método prospectivo. A Companhia optará por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 2. Base de preparação—Continuação

j) <u>Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018-</u>continuação

Normas emitidas mas ainda não vigentes--continuação

### CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil--continuação

A Companhia optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui arrendamentos de determinados equipamentos de escritório (como computadores pessoais, impressoras e copiadoras) que são considerados de baixo valor.

Durante 2018, a Companhia efetuou uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2). Em suma, não se espera impacto na adoção do CPC 06 (R2).

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Como a Companhia não possui investimentos de longo prazo em sua coligada, as alterações não terão impacto sobre suas demonstrações financeiras.

### 3. Gerenciamento do risco financeiro

### Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de liquidez
- Risco de crédito

As práticas de gerenciamento de risco têm por objetivo identificar, monitorar, analisar e mitigar potenciais perdas à Companhia, estabelecendo limites e controles para o seu gerenciamento.

A Diretoria tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão do gerenciamento dos riscos reportando-os de forma sistemática ao Conselho de Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 3. Gerenciamento do risco financeiro--Continuação

Visão geral--Continuação

#### a) Risco de mercado

Definido como alterações nos preços de mercado, cujo componente de maior relevância são o risco taxa de juros e de valor residual dos veículos.

A Companhia busca também um adequado balanço entre suas captações de dívida pós e pré-fixadas.

O constante monitoramento das curvas futuras de juros, com implicação direta na precificação do aluguel, permite à Companhia, a cada momento, mitigar efeitos de flutuações de juros nos prazos do contrato, preservando a rentabilidade destes ao longo de sua duração.

Os valores residuais dos veículos, definidos como valores estimados de venda da frota após encerramento do ciclo do contrato de terceirização são constantemente monitorados pela Administração e levam em consideração principalmente fatores como valores atuais de mercado dos veículos, ciclo de vida dos modelos, canal de venda dos veículos e políticas do governo com relação aos impostos incidentes nas operações de vendas de veículos.

### b) Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros é aquele no qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas.

#### c) Risco operacional

Risco operacional é o risco de natureza estrutural, tecnológica, pessoal e de infraestrutura que surgem de todas as atividades intrínsecas à locação de automóveis.

A responsabilidade pela gestão dos riscos e otimização de seu monitoramento é da Administração. Dentre os principais riscos operacionais estão:

 Risco de performance: onde controles, processos e procedimentos devem garantir o fiel cumprimento dos itens contratados mantendo-se custos reais iguais ou inferiores aos projetados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

### 3. Gerenciamento do risco financeiro--Continuação

### Visão geral--Continuação

 Risco de integridade do ativo: definidos como perdas n\u00e3o previstas como multas, avarias e sinistros sejam cobertos por mecanismos perfeitamente definidos de reembolso e autosseguro.

### d) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em prejuízos financeiros decorrentes do não pagamento de obrigações contratuais pelos seus clientes.

Os principais elementos mitigadores do risco de crédito adotados pela Companhia são:

- Uso de metodologia e ferramentas padrão de mercado na análise e concessão de crédito;
- Padronização de contratos, dentro de certos parâmetros que não reduzam flexibilidade e atratividade comercial;
- Canal de comunicação rápido e transparente com o cliente no sentido de dirimir com agilidade possíveis questionamentos de cobranças adicionais ao aluguel básico, tais como multas e avarias.

### e) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como aquele em que a Companhia pode encontrar dificuldades no cumprimento de suas obrigações financeiras.

As principais ferramentas mitigadoras deste risco adotadas são:

Uso de metodologia e ferramentas padrão de mercado na análise e concessão de:

- Planejamento de caixa: com grande ênfase na previsibilidade do capex líquido, ou seja, nas compras e vendas de veículos.
- Adoção de caixa mínimo, que permita cumprir obrigações contratadas mesmo num evento de hipotético stress de mercado ou de enxugamento sistêmico de liquidez.

### Gestão de capital

A Gestão de capital da Companhia é realizada de forma a garantir, a qualquer momento, a sustentabilidade financeira da Companhia por meios próprios. Contribuem de forma decisiva

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 3. Gerenciamento do risco financeiro--Continuação

### Gestão de capital--Continuação

nesta gestão a alta previsibilidade dos fluxos de caixa operacionais, decorrentes dos contratos de longa duração, e a natureza própria de baixa sazonalidade no negócio. Neste sentido, busca-se garantir que a todo momento, que o fluxo de caixa operacional da Companhia, somado aos recursos provenientes da venda de carros, sejam iguais ou superiores ao serviço do endividamento, incluindo pagamentos de juros e principal.

Dessa forma, o financiamento para crescimento de frota é dimensionado pela soma do fluxo de caixa operacional (incluindo o fluxo de caixa de venda de veículos) e por novas linhas de financiamento, deduzidas dos pagamentos correntes de dívida.

A Companhia busca manter sempre alternativas de novas linhas de financiamento de modo a suportar seu plano de crescimento.

Abaixo demonstramos a dívida líquida ao final do exercício:

	Indi	vidual	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos financeiros - dívida bruta	143.838	76.570	144.491	
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito Dívida líquida	(36.981) 106.857	(15.455) 61.115	(37.074) 107.417	

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

	Indiv	Individual		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	
Caixa e bancos	790	1.080	847	
Aplicações financeiras	34.135	10.159	34.171	
	34.925	11.239	35.018	

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, resgatáveis com o próprio emissor, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos financeiros referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) remunerados a 100% dos Certificados de Depósito Interbancários (CDIs) em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 5. Aplicações financeiras de uso restrito

	Individual e	Individual e Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017		
Circulante	-	900		
Não circulante	2.056	3.316		
	2.056	4.216		

Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), que na data do balanço patrimonial não possuem liquidez imediata e constituem garantias das emissões de debêntures. Não possuem risco de variações significativas por estarem indexadas ao CDI e são mensuradas ao valor justo. Essas aplicações são remuneradas a 100% do CDI em 31 de dezembro de 2018 e 2017, e estão vinculadas aos empréstimos associados (garantidoras), conforme divulgação na Nota nº 13.

### 6. Contas a receber de clientes

	Indiv	/idual	Consolidado
Circulante	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018
Locação de veículos (-) Provisão para créditos de liquidação	13.669	14.033	16.949
duvidosa	(2.652)	(2.412)	(4.003)
	11.017	11.621	12.946
Circulante Não circulante	8.343 2.674	9.230 2.391	10.263 2.683
14a0 Gilodiante	11.017	11.621	12.946

A exposição máxima ao risco de crédito para as contas a receber de clientes na data do relatório foi:

	Indiv	idual	Consolidado
Faixa	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018
A vencer	7.582	6.506	7.582
Vencidos:			
De 01 a 60 dias	357	927	2.039
De 61 a 90 dias	47	98	172
De 91 a 180 dias	240	574	415
De 181 a 360 dias	398	908	584
Acima de 360 dias	2.393	2.608	2.154
Total Locação de veículos	11.017	11.621	12.946

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 6. Contas a receber de clientes--Continuação

As contas a receber classificadas como "Não circulante" são compostas por faturas a receber dos clientes que estão em processo de cobrança judicial em que a Companhia não possui expectativa de realização dentro do prazo de um ano da data-base do balanço patrimonial.

De acordo com a opinião dos advogados que patrocinam tais ações, as chances de recuperação dos montantes faturados existem, tendo em vista a solidez financeira das empresas em questão.

A movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

		Individual			Consolidado	
		Não			Não	
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Saldo em 31/12/2016	(35)	(1.704)	(1.739)	-	-	-
Reversão da provisão	35	123	158	-	-	-
Constituição da provisão	(21)	(810)	(831)	-	-	-
Saldo em 31/12/2017	(21)	(2.391)	(2.412)	(21)	(2.391)	(2.412)
Combinação de Negócio	` -	· -	· _	(1.286)	-	(1.286)
Reversão da provisão	20	462	482	20	462	` 482
Constituição da provisão	(8)	(714)	(722)	(73)	(714)	(787)
Saldo em 31/12/2018	(9)	(2.643)	(2.652)	(1.360)	(2.643)	(4.003)

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas de realização de créditos.

## 7. Veículos em desativação para renovação da frota

	Individual		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018
Saldo inicial	538	821	538
Baixas	(18.466)	(32.183)	(18.646)
Transferências de veículos (i)	19.060	31.900	21.719
Saldo final	1.132	538	3.611

<sup>(</sup>i) Transferência de veículos do imobilizado anteriormente em operação. Vide Nota Explicativa nº 11.

A Companhia mantém política e procedimento para analisar e comparar o valor contábil dos veículos em desativação para renovação da frota com seu valor realizável líquido. E, quando há incertezas quanto à realização do seu valor realizável líquido, uma provisão para perda (impairment) é constituída.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 8. Despesas antecipadas

	Individual e Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	
1º emplacamento	569	591	
Despesas bancárias	126	1.008	
Despesas de prêmio de seguros	50	143	
IPVA	1.997	-	
Outros	270	205	
	3.012	1.947	
Circulante	2.681	1.023	
Não circulante	331	924	

As despesas antecipadas de 1º emplacamento são apropriadas ao resultado no prazo médio de 24 meses, devido à natureza dos contratos de locação.

As demais despesas antecipadas são apropriadas de acordo com o seu prazo de vigência.

# 9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras e sobre o prejuízo fiscal acumulado e base negativa de contribuição social. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável avaliação dos lucros tributáveis futuros que poderão ser usados na compensação prejuízo fiscal acumulado e base negativa de contribuição social, baseado em projeções de receita futura e preparadas com premissas internas e cenários econômicos futuros que podem ser alterados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 9. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

### a) Reconciliação de despesa com imposto de renda e contribuição social

	Individual		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018
Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(1.430)	1.050	(1.430)
Imposto de renda à alíquota nominal - 34% Ajustes para demonstração da taxa efetiva:	486	(357)	486
Bônus à diretoria	(31)	(204)	(31)
Despesas indedutíveis, brindes, incentivos, patrocínios	(34)	`(74 <b>)</b>	(34)
Resultado de equivalência patrimonial	(151)	-	(151)
Outros	-	(33)	-
Total de imposto de renda e contribuição social	270	(668)	270
Imposto de renda e contribuição social correntes do exercício		(629)	
Imposto de renda e contribuição social diferido do exercício	270	(39)	270

### b) Balanço patrimonial

A seguir apresentamos as naturezas que representam os saldos de ativo e passivo fiscal diferido da Companhia nos exercícios comparativos:

Prejuízo fiscal e base negativa de IRPJ e CSLL
Ajuste de arrendamento financeiro
Provisão para créditos de liquidação duvidosa
Outras diferenças temporárias

	Individual e Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017	
Ativos	Passivos	Líquido	Líquido	
11.003	-	11.003	10.855	
-	(300)	(300)	(200)	
902	-	902	820	
490	-	490	350	
12.395	(300)	12.095	11.825	

O passivo é composto do imposto a pagar diferido sobre as operações de arrendamento mercantil e o ajuste de depreciação sobre o ativo imobilizado entre a vida útil-econômica e as taxas fiscais.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados pelos valores líquidos nos termos do CPC 32.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 9. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

#### c) Resultado do exercício

A receita de impostos diferidos reconhecida no resultado é de R\$270 e não houve registro de despesa com imposto corrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$39 e R\$629, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

### d) Prejuízo fiscal e base negativa

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui saldo de prejuízo fiscal no montante de R\$32.129 (R\$31.694 em 31 de dezembro de 2017) e base negativa no montante de R\$33.007 (R\$32.572 em 31 de dezembro de 2017).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações, e que para 31 de dezembro de 2018 demonstra que o saldo de imposto de renda diferido ativo será compensado.

A Administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi

examinado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

2019	857
2020	1.161
2021	926
2022	1.097
2023	1.518
A partir de 2024	6.536
	12.095

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 10. Investimento

### a) Investimento

	Minas Real
Número de cotas possuídas	34.928.120
Percentual de participação	100%
Capital social Patrimônio líquido	34.928 34.792
Total do ativo	36.099
Prejuízo do período	(443)

## b) Movimentação dos investimentos - Controladora

	Minas Real
Combinação de negócios – 14 de dezembro de 2018 Equivalência patrimonial Integralização	15.928 (443) 19.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	307
Investimentos	34.792
Clausula de não competição	394
Marca	650
Imobilizado	201
Carteira de clientes	1.046
Mais valia	2.291
Goodwill	5.119
Saldo em 31/12/2018	42.202

Para fins de atendimentos do ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, os saldos de mais valia e goodwill foram considerados no grupo de investimentos no individual e reclassificados de acordo com sua origem no consolidado, a seguir demonstramos os grupos para os quais os saldos foram transferidos

	Individual	Consolid	dado
	Investimentos	lmobilizado	Intangível
Clausula de não competição	394	-	394
Marca	650	-	650
lmobilizado	201	201	-
Carteira de clientes	1.046	-	1.046
Mais valia	2.291	201	2.090
Goodwill	5.119	-	5.119

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 11. Imobilizado

## a) Movimentação no exercício findo em 31/12/2017

Custo	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Transfer. para renovação (i)	Saldos em 31/12/2017
Veículos operacionais	95.779	_	(54)	45.150	(43.497)	97.378
Equipamentos de informática e telefonia	247	27	-	-	-	274
Máquinas e equipamentos	929	-	-	(38)	-	891
Móveis e utensílios	175	3	-	•	-	178
Benfeitorias	225	-	-	-	-	225
Imobilizado em curso	392	48.420	-	(45.150)	(47)	3.615
Acessórios	1.269	2.841	-	` 38	(1 <sup>47</sup> )	4.001
	99.016	51.291	(54)	-	(43.691)	106.562

Depreciação	Taxa de depreciação	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Transfer. para renovação (i)	Saldos em 31/12/2017
Veículos operacionais	11%	(15.027)	(8.001)	25	-	11.709	(11.294)
Equipamentos de informática e		,	,				, ,
telefonia	10-20%	(108)	(32)	-	-	-	(140)
Máquinas e equipamentos	10%	(420)	(103)	-	18	-	(505)
Móveis e utensílios	10%	(55)	(17)	-	-	-	(72)
Benfeitorias	10%	(101)	(76)	-	-	-	(177)
Acessórios	10%	(457)	(930)	-	(18)	82	(1.323)
	-	(16.168)	(9.159)	25	-	11.791	(13.511)
Provisão para perdas e roubos	-	(345)	-	319	-	-	(26)
lmobilizado líquido	<del>-</del>	82.503	42.132	290	-	(31.900)	93.025

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 11. Imobilizado--Continuação

## b) Movimentação no exercício findo em 31/12/2018

	Individual							
Custo	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Transfer. para renovação (i)	Saldos em 31/12/2018		
Veículos operacionais	97.378	-	(489)	46.278	(24.880)	118.287		
Equipamentos de informática e telefonia	274	3	-	-	-	277		
Máquinas e equipamentos	891	11	-	-	-	902		
Móveis e utensílios	178	6	-	-	-	184		
Benfeitorias	225	-	(212)	-	-	13		
Imobilizado em curso	3.615	42.979	` ′-	(46.278)	-	316		
Acessórios	4.001	3.501	-	· -	(94)	7.408		
	106.562	46.500	(701)	-	(24.974)	127.387		

Depreciação	Taxa de depreciação	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Transfer. para renovação (i)	Saldos em 31/12/2018
Veículos operacionais	18%	(11.294)	(9.435)	60	-	5.859	(14.810)
Equipamentos de informática e telefonia	10-20%	` (140)	` (35)	-	-	-	` (175 <sup>°</sup> )
Máquinas e equipamentos	10%	(505)	(90)	-	-	-	(595)
Móveis e utensílios	10%	(72)	(20)	-	-	-	(92)
Benfeitorias	10%	(177)	(36)	210	-	-	(3)
Acessórios	33% - 50%	(1.323)	(1.866)	-	-	55	(3.134)
		(13.511)	(11.482)	270	-	5.914	(18.809)
Provisões para perdas e roubos		(26)	-	(8)	-	-	(34)
lmobilizado líquido		93.025	35.018	(439)	-	(19.060)	108.544

<sup>(</sup>i) Transferência do ativo imobilizado para a conta de "Veículos" em desativação para renovação de frota". Vide Nota nº 7

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# **11. Imobilizado**—Continuação

# b) Movimentação no exercício findo em 31/12/2018

#### Consolidado

Custo	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Combinação de negócios	Transfer. para renovação (i)	Saldos em 31/12/2018
Veículos operacionais	97.378	_	(582)	46.278	42.033	(28.646)	156.461
Equipamentos de informática e	07.070		(002)	10.270	12.000	(20.010)	100.101
telefonia	274	3	-	-	23	-	300
Máguinas e equipamentos	891	11	-	-	15	-	917
Móveis e utensílios	178	6	-	-	27	-	211
Benfeitorias	225	-	(211)	-	7	-	21
Imobilizado em curso	3.615	42.979	-	(46.278)	-	-	316
Acessórios	4.001	3.501	-	-	-	(94)	7.408
Mais valia de imobilizados	-	-	-	-	201		201
	106.562	46.500	(793)	-	42.306	(28.740)	165.835

<u>Depreciação</u>	Taxa de depreciação	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Combinação de negócios	Transfer. para renovação (i)	Saldos em 31/12/2018
Veículos operacionais Equipamentos de informática e	18%	(11.294)	(9.435)	(95)	-	(7.556)	6.966	(21.414)
telefonia	10-20%	(140)	(35)	-	-	_	_	(175)
Máquinas e equipamentos	10%	(505)	(90)	-	-	(11)	-	(606)
Móveis e utensílios	10%	(72)	(20)	-	-	(18)	-	(110)
Benfeitorias	10%	( <del>1</del> 77)	173	-	-	(5)	-	(9)
Acessórios		(1.323)	(1.866)	-	-	-	55	(3.134)
		(13.511)	(11.273)	(95)	-	(7.590)	7.021	(25.448)
Provisões para perdas e roubos		(26)	-	(8)	-	-	-	(34)
lmobilizado líquido		93.025	35.227	(896)	-	34.716	(21.719)	140.353

<sup>(</sup>i) Transferência do ativo imobilizado para a conta de "Veículos" em desativação para renovação de frota". Vide Nota nº 7

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 11. Imobilizado—Continuação

### c) Veículos arrendados

A Companhia arrenda veículos sob uma série de acordos de arrendamentos financeiros, cujas obrigações de arrendamento estão divulgadas na Nota nº 13. Em 31 de dezembro de 2018 o valor contábil residual dos veículos arrendados era de R\$7.200 no consolidado (R\$7.663 em 2017).

Os contratos de arrendamento mercantil destinam-se exclusivamente à aquisição de veículos que serão locados a clientes pelo período de 24 a 60 meses.

### d) Garantias

Em 31 de dezembro de 2018, o equivalente a 99,31% da frota total da Companhia (2.650 veículos) é garantidora de empréstimos bancários, financiamentos e arrendamentos financeiros cujo valor residual é de R\$104.179 no individual e 99,48% da frota total da Companhia (3.663 veículos) é garantidora de empréstimos bancários, financiamentos e arrendamentos financeiros cujo valor residual é de R\$ 138.228 no consolidado (R\$80.758 em dezembro de 2017).

### 12. Fornecedores

Indiv	ridual	Consolidado
31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018
284	5.648	284
2.952	500	3.280
3.236	6.148	3.564
	31/12/2018 284 2.952	<b>284</b> 5.648 <b>2.952</b> 500

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 13. Empréstimos e financiamentos

O perfil do endividamento da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 estão resumidos nas tabelas abaixo:

#### Individual

#### 31 de dezembro de 2018

Modalidade	Moeda -	Таха а	ano (%)	Ano de	Circulante	Não	Total	% Total
Wodandade	Wideua	Min.	Max.	vencim.	circulante	TOtal	/6 1 Otal	
Giro (Pré)	R\$	0,92 a.m.	1,41 a.m.	2019	3.585	6.507	10.092	55,64%
Arrendamento financeiro (Pré)	R\$	1,33 a.m.	1,33 a.m.	2022	2.382	5.664	8.046	44,36%
				<u>-</u>	5.967	12.171	18.138	_

#### Consolidado

### 31 de dezembro de 2018

Modalidade	Maada	Таха а	no (%)	Ano de	Circulante	Não	Total	% Total
Modalidade	Moeda Min.	Min.	Max.	vencim.	Circulante	circulante	Total	% 10tai
Giro (Pré)	R\$	0,92 a.m. + cdc	1,41 a.m.+ cdc	2019	3.910	6.835	10.745	57,18%
Arrendamento financeiro (Pré)	R\$	1,33 a.m.	1,33 a.m.	2022	2.382	5.664	8.046	42,82%
				_	6.292	12.499	18.791	<u>-</u>

### 31 de dezembro de 2017

		Taxa	ano (%)	Ano de		Não		
Modalidade	Moeda	Min.	Máx.	vencim.	Circulante	circulante	Total	% Total
Giro (pré)	R\$	0,92 a.m. 0,34 a.m.	1,41 a.m. 0,47 a.m. +	2019	5.908	8.814	14.722	27,57%
Giro (pós) (i)	R\$	+ CDI	CDI	2020	13.636	15.871	29.507	55,26%
Arrendamento								
financeiro (Pré)	R\$	1,33 a.m.	1,33 a.m.	2022	2.560	6.604	9.164	17,16%
					22.104	31.289	53.393	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

### a) Garantias

Os empréstimos e as operações de arrendamento mercantil são garantidos pela composição de veículos, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 11 (d) e/ou recebíveis em algumas operações de capital de giro.

# 14. Debêntures a pagar

	Individual	e Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017
Debêntures a pagar (-) Custos de transação para emissão de debêntures (i)	131.117 (5.417)	24.700 (1.523)
	125.700	23.177
Circulante	21.342	11.146
Não circulante	104.358	12.031

<sup>(</sup>i) Gastos com a emissão das debêntures os quais são amortizados pelo prazo de vigência da dívida.

### 1ª Emissão de debêntures

Em 30 de janeiro de 2015 a Companhia realizou a primeira emissão de 620 debêntures simples não conversíveis em ações, junto ao agente fiduciário Pentágono S.A., e estruturada pelo Banco Modal no montante total de R\$62.000, com remuneração anual de CDI + 4,17%, tendo sido efetivamente subscrito o valor de R\$61.230.

As debêntures não possuem carência para amortização dos juros e do saldo devedor, e possuem prazo de 60 meses a partir do 1º dia de fevereiro de 2016, com parcelas iguais a 1,66% do saldo devedor. O término das amortizações está previsto para 30 de janeiro de 2020.

Em assembleia geral dos titulares de debêntures realizada em 20 de junho de 2016, por deliberação dos debenturistas foram realizadas as seguintes alterações: (i) ajustar a cláusula 6.16 da Espécie com Garantia Real, da primeira emissão das debêntures, com a finalidade de alterar os percentuais das parcelas de amortização; (ii) alterar o item 6.25 a fim de ajustar o limite do índice da razão entre a dívida líquida e o EBITDA para acompanhamento do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; (iii) dentre outras.

As debêntures foram liquidadas em 20 de dezembro de 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 14. Debêntures a pagar--Continuação

### 2ª Emissão de debêntures

A Companhia captou em 04 de maio de 2018 o montante de R\$ 80.000, através de emissão de 8 mil debêntures, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, sendo todas com valor unitário de R\$ 10, de acordo com os termos descritos em instrumento particular de escritura da 2ª emissão de debêntures entre a Companhia, como emissora, e Planner, como agente fiduciário.

O prazo total da emissão é de 4 anos, com 6 meses de carência, e está sujeito a atualização com base na CDI, expressos na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescido de juros de 4,5% ao ano. A remuneração será paga em cinco parcelas, nas datas de amortização do principal, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de junho de 2018, e o último na data de vencimento em 10 de maio de 2022.

### 3ª Emissão de debêntures

A Companhia captou em 13 de novembro de 2018 o montante de R\$ 62.000, através de emissão de 6,2 mil debêntures, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, sendo todas com valor unitário de R\$ 10, de acordo com os termos descritos em instrumento particular de escritura da 3 a emissão de debêntures entre a Companhia, como emissora, e a Pentágono S.A. DTVM, como agente fiduciário. Recursos destinados ao resgate antecipado da 1a emissão e reforço do capital de giro e da aquisição da Minas Real Vendas e Serviços Ltda. ("Locarcity").

O prazo total da emissão é de 4 anos, com 6 meses de carência, e está sujeito a atualização com base na CDI, expressos na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescido de juros de 5% ao ano.

A remuneração será paga em cinco parcelas, nas datas de amortização do principal, sendo o

primeiro pagamento devido em 10 de dezembro de 2019, e o último na data de vencimento em 10 de novembro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 14. Debêntures a pagar--Continuação

A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros são apresentados a seguir:

Condição contratual	Restrição
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA (acumulado	
últimos 12 meses)	< 4,25
(ii) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo patrimônio líquido	< 3,25
(iii) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pela frota total líquida	< 0,85
	< 0,07 (se
(iv) Índice obtido da divisão da venda líquida pelo custo	negativo)

Conforme Escrituras da 2ª e 3ª emissões, cláusula 6.26, item XX, "caso a Emissora efetue aquisição de cotas, ações ou participações societárias de quaisquer outras sociedades e que resulte no controle pela Emissora da(s) sociedade(s) adquiridas(s), o EBITDA relativo a todo período dos últimos 12 (doze) meses em questão e a Dívida Líquida da Emissoras, deverão ser somados respectivamente, com o EBITDA relativo a todo o período dos últimos 12 (doze) meses em questão e com a Dívida Líquida dessas sociedades adquiridas, relativas a todo o período dos últimos 12 (doze) meses em questão, incluindo o período anterior à aquisição"

# 15. Provisão para contingências

A Companhia está sujeita a ações cíveis, decorrentes do curso normal das operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Indiv	ridual	Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018
Contingências Cíveis	56	18	110
Depósitos Judiciais	(34)	-	(34)

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia não provisiona valores sobre contingências classificadas com probabilidade de perda possível. A estimativa dos valores relacionados a contingências cíveis possíveis, com base em informações de seus assessores jurídicos, em 31 de dezembro de 2018 é de R\$303 e R\$644 no consolidado (R\$193 em 31 de dezembro de 2017).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 15. Provisão para contingências--Continuação

### Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais na esfera cível, cujas movimentações da provisão e dos depósitos judiciais estão demonstradas abaixo:

		Indiv	idual		
	Saldos em 31/12/2017	Constituição	Reversões	Saldos em 31/12/2018	
Contingências Depósitos judiciais	18 -	38 (34)	-	56 (34)	
	18	4	-	22	
			Conso	olidado	
	Saldos em 31/12/2017	Constituição	Reversões	Combinação de negócios	Saldos em 31/12/2018
Contingências	18	38	-	54	110
Depósitos judiciais	-	(34)	-	-	(34)
	18	4	_	54	76

# 16. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é constituído de 1.733.988 ações ordinárias, representando o capital social de R\$51.735. As ações não possuem valor nominal, e os titulares têm direito a um voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela no capital social.

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

	31/12/2018 e 31/12/2017				
		Quantidade	Capital		
Acionistas	%	de ações	integralizado		
Fundo Mútuo de Investimento em empresas					
emergentes	45%	780.687	22.752		
Stratus SCP Brasil FIP	31%	541.119	15.770		
Lewco Participações e Administração Ltda.	2%	29.629	864		
Stratus Investimentos Ltda.	1%	12.249	357		
Fábio, Alan e Natalie Lewkowicz	21%	370.304	11.392		
		1.733.988	51.135		

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 16. Patrimônio líquido--Continuação

### b) Reserva legal

A Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social. Adicionalmente, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

### c) <u>Distribuição de dividendos</u>

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de um dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da Lei, ressalvada as hipóteses previstas no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, em Lei e no Estatuto e compensados os dividendos semestrais e intermediários e/ou intercalares que tenham sido eventualmente declarados no exercício.

# 17. Prejuízo (lucro) por ação

O resultado por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possuía instrumentos que causassem efeito dilutivo no cálculo do resultado por ação diluído.

A tabela a seguir estabelece o cálculo do resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de valores por ação e quantidade de ações):

	Individual e	Consolidado
Básico e diluído	31/12/2018	31/12/2017
Numerador Lucro líquido do exercício Denominador	(1.160)	382
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação (em milhares)  Resultado básico e diluído por ação	1.734	1.734
ordinária	(0,67)	0,22

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 18. Receita líquida

	Indivi	Individual		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	
Locação de veículos	47.235	42.070	47.882	
Venda de veículos	19.417	32.809	19.620	
	66.652	74.879	67.502	
Impostos sobre serviços e vendas	(4.369)	(3.890)	(4.429)	
•	62.283	70.989	63.073	

# 19. Custo de locação e venda de veículos

	Individual		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018
Custos de manutenção	(11.577)	(9.351)	(11.761)
Custos com depreciação	(11.300)	(8.930)	(11.549)
Custos dos veículos vendidos	(18.466)	(32.183)	(18.646)
Outros custos com veículos vendidos	(98)	(89)	(98)
Custos com pessoal	(1.523)	(1.600)	(1.550)
Recuperação de créditos de PIS e COFINS	2.765	2.370	2.820
	(40.199)	(49.783)	(40.784)

# 20. Despesas administrativas e gerais

	Indivi	dual	Consolidado
Descrição	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018
Despesas com pessoal	(4.417)	(4.643)	(4.495)
Servicos de terceiros	(1.368)	(1.460)	(1.384)
Despesas com ocupação	` (582)	(596)	` (594 <b>)</b>
Despesas gerais	(1.334)	(1 <u>.</u> 182)	(1.360 <b>)</b>
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(240)	` (672)	(306)
Baixa de contas a receber incobráveis	(483)	(185)	(483)
Despesas com depreciação e amortização	(184)	(269)	(184)
Despesas de comunicação	(105)	(100)	(105)
Impostos sobre outras receitas	(335)	(448)	(335)
Receita de taxa de administração sobre multas	142	215	142
Outras receitas operacionais	705	-	708
	(8.201)	(9.340)	(8.396)
Administrativas e gerais	(9.050)	(9.555)	(9.245)
Outras receitas operacionais, líquidas	849	215	849

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## 21. Resultado financeiro

	Indiv	ridual	Consolidado
Despesas financeiras	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018
Juros passivos	(7.079)	(6.639)	(7.122)
Despesas e juros de debêntures	(9.529)	(5.199)	(9.529)
Despesas bancárias e IOF	(250)	(565)	(661)
Total	(16.858)	(12.403)	(17.312)
	Indi	vidual	Consolidado
Receitas financeiras	31/12/2018		31/12/2018
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.316	1.065	1.316
Juros ativos	672	522	673
Total	1.988	1.587	1.989

### 22. Partes relacionadas

Conforme deliberado em AGE datada de 28 de abril de 2018, a remuneração estabelecida para os membros da diretoria executiva e Conselho de Administração da Companhia para o exercício de 2018 é de R\$2.541. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a remuneração paga foi de R\$1.306 (R\$1.258 em 2017), a título de remuneração fixa.

# 23. Combinação de negócios

Foram realizados estudos para mensuração do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de aquisição do controle, em consonância com os requisitos estabelecidos pelo pronunciamento contábil CPC 15 – Combinações de Negócios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 23. Combinação de negócios--Continuação

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Minas Real Vendas e Serviços Ltda. ("Locarcity") na data da aquisição é apresentado a seguir:

	13/12/2018
Ativo Circulante Caixa e equivalentes de caixa	2
Contas a receber de clientes Outros ativos circulantes	1.967 40
Total do ativo circulante	2.009
Não circulante	
Contas a receber de clientes Imobilizado	8 34.516
Total do ativo não circulante	34.524
Total do ativo	36.533
Passivo Circulante	
Forecedores	866
Obrigações sociais e trabalhistas	138
Empréstimos e financiamentos	17.113
Impostos e contribuições a recolher	68
Outros passivos circulantes	149 18.334
Total do passivo circulante	10.334
Não circulante	
Empréstimos e financiamentos	2.217
Provisão para contingência	54 2.271
Total do passivo não circulante	2.211
Patrimônio líquido	15.928
Total do patrimônio líquido e passivo	36.533

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 23. Combinação de negócios--Continuação

Em cumprimento aos dispositivos do pronunciamento técnico CPC 15 (R1), a Companhia contratou terceiros especialistas para avaliar o valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis da Locarcity. Para os demais ativos e passivos, a Companhia, após análises, concluiu que não havia diferenças significativas entre o valor registrado nos livros locais e o valor justo a ser contabilizado. O resumo do valor justo apurado na época da aquisição é a seguinte:

Participação adquirida Valor da operação Valor pago na data de aquisição Valor a pagar	<b>100</b> % 23.337 6.000 17.337
Valor justo dos ativos e passivos adquiridos	18.218
Ágio gerado na transação	5.119
Total da contraprestação	23.337

O ágio gerado de R\$5.119 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição.

Na data da aquisição, foi registrado um passivo com o valor justo de R\$23.337 referente à aquisição. Em 31/12/2018 o saldo a pagar é de R\$17.337

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 23. Combinação de negócios--Continuação

Metodologia para o reconhecimento dos ativos intangíveis

Foram observados os critérios definidos no CPC 04 - Intangível, para reconhecimento dos ativos intangíveis citados a seguir:

Ativo	R\$	Método	Prazo esperado de amortização
Cláusula de não competição	394	Método do lucro: Fluxo de caixa descontado (Within/Without)	5 anos
Marca	650	Método do lucro: Relief from royalties	Indefinido
Imobilizado	201	Avaliação a preço de Mercado	Individual por bem
Carteira de clientes	1.046	Método do lucro: Fluxo de caixa descontado (MPEE)	3 anos

#### 24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

### a) Riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito, na data das demonstrações financeiras foi:

	Individual		Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de			
uso restrito	36.981	15.455	37.074
Contas a receber de clientes	11.017	11.620	12.946
Outras contas a receber	1.071	1.304	1.060
	49.069	28.379	51.080

		Indivi	dual			Consolidado			
		12 meses	2 – 5			12 meses ou menos	2 – 5 anos		
	Valor	ou menos	anos	Total	Valor			Total	
alentes de caixa e									
e uso restrito	36.981	34.925	2.056	36.981	37.074	35.018	2.056	37.074	
ber de clientes	11.017	8.343	2.674	11.017	12.946	10.263	2.683	12.946	
a receber	1.071	845	226	1.071	1.060	834	226	1.060	
	49.069	44.113	4.956	49.069	51.080	46.115	4.965	51.080	

Caixa e equival aplicações de Contas a receb Outras contas a

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

### b) Riscos de liquidez

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros não derivativos, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Indiv	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos, debêntures e consórcios a pagar	143.838	76.570	144.491
Fornecedores	3.236	6.148	3.564
Contas a pagar por aquisição de negócios	17.337	-	17.337
Outras contas a pagar	2.505	2.481	2.652
	166.916	85.199	168.044

Veja abaixo o cronograma de vencimento dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018:

	Individual				Consolidado			
	Valor contábil	12 meses ou menos	2 – 5 anos	Total	Valor contábil	12 meses ou menos	2 – 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos	143.838	27.309	116.529	143.838	144.492	27.634	116.857	144.491
Fornecedores	3.236	3.236	-	3.236	3.564	3.564	-	3.564
Contas a pagar por aquisição de negócios	17.337	17.337	-	17.337	17.337	17.337	-	17.337
Outras contas a pagar	2.505	2.279	226	2.505	2.652	2.425	227	2.652
	166.916	50.161	116.755	166.916	168.045	50.960	117.084	168.044

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

### c) Classificação e valor justo

A tabela a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	Individual 31/12/2018 31/12/2017			Consolidado 31/12/2018		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Caixa e bancos	790	790	1.080	1.080	847	847
Contas a receber de clientes Outras contas a receber	11.017 1.071	11.017 1.071	11.620 1.304	11.620 1.304	12.946 1.060	12.946 1.060
Aplicações financeiras	34.135	34.135	10.159	10.159	34.171	34.171
Aplicações financeiras de uso restrito	2.056	2.056	4.216	4.216	2.056	2.056

A Administração entende que os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa são definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- Aplicações financeiras de uso restrito são definidas como ativos de uso restrito, pois estão vinculados diretamente a dívidas da Companhia. Os valores contábeis informados no
- balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- Contas a receber de clientes, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar – decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzindo de provisão para perdas quando aplicável ou relevante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

### c) Classificação e valor justo--Continuação

• Empréstimos, financiamentos e debêntures – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

### d) Riscos de taxa de juros

A Companhia não tem em seu endividamento de 31 de dezembro de 2018 operações de *swap* ou qualquer outro derivativo contratado.

Análise de sensibilidade

Em relação ao passivo total, 6,50% está indexado ao CDI e, portanto, exposto à variação das taxas de juros.

Para 31 de dezembro de 2018, a análise de sensibilidade contempla dois cenários de *stress*, I e II, com 8,13% e 9,75%, respectivamente, de aumento em relação ao patamar-base do CDI de 6,50%.

Considerando que as aplicações também são indexadas ao CDI, o efeito líquido patrimonial e sobre o resultado, nos cenários de *stress*, está demonstrado na tabela abaixo:

	Consolidado					
		Cenários				
<u>-</u>	Base		II			
Taxa de juros	6,50%	8,13%	9,75%			
Variação em relação ao cenário-base Dívida bruta indexada ao CDI	- 149.908	25% 162.089	50% 164.525			
Aplicações indexadas ao CDI Efeito na exposição patrimonial Efeito líquido no resultado	36.227 113.681	39.170 122.919 9.238	39.759 124.766 11.085			

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 25. Transações que não afetam o caixa

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as seguintes transações não afetaram o caixa:

	Indiv	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018
Demonstração do caixa pago pela aquisição de veículos:			
Aquisições de veículos no período (Nota 11)	(42.979)	(48.420)	(42.979)
Fornecedores – montadoras de veículos (Nota 12):			
Saldo no final do período	284	5.648	284
Saldo no início do período	5.648	106	5.648
	(5.364)	5.542	(5.364)
Caixa pago pela aquisição de veículos	(48.343)	(42.878)	(48.343)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 26. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	Inc	dividual		Consolidado			
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total	
Em 1o de janeiro de 2017	34.726	34.345	69.071	34.726	34.345	69.071	
Fluxos de caixa	(19.333)	(11.872)	(31.205)	(19.333)	(11.872)	(31.205)	
Juros pagos	(5.658)	(4.315)	(9.973)	(5.658)	(4.315)	(9.973)	
Juros provisionados	6.527	4.315	10.842	6.527	4.315	10.842	
Novos arrendamentos	37.131	-	37.131	37.131	-	37.131	
Amortização de custos de captação	-	704	704	-	704	704	
Em 31 de dezembro de 2017	53.393	23.177	76.570	53.393	23.177	76.570	
Combinação de negócio em 13/12/2018	-	-	-	19.330	-	19.330	
Fluxos de caixa	(47.536)	(36.378)	(83.914)	(66.655)	(36.378)	(103.033)	
Juros pagos	(4.480)	(6.954)	(11.434)	(4.438)	(6.954)	(11.392)	
Juros provisionados	6.078	7.687	13.767	6.078	7.687	13.765	
Novos arrendamentos	10.683	142.054	152.738	10.683	142.054	152.737	
Amortização de custos de captação	-	(3.885)	(3.885)	401	(3.885)	(3.484)	
Em 31 de dezembro de 2018	18.138	125.701	143.839	18.792	125.701	144.493	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# 27. Cobertura de seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos e eventuais perdas com sinistros de seus ativos imobilizados.

		Individual	Consolidado
Ativos segurados	Modalidades	31/12/2018	31/12/2018
Veículos administrativos	Cobertura total (danos materiais)	1.400	1.400
Veículos administrativos	Cobertura total (danos corporais)	2.800	2.800
Predial	Cobertura total (danos materiais)	4.052	4.097

Em 8 de janeiro de 2018, a Companhia contratou um seguro de responsabilidade civil em benefício de seus administradores (seguro D&O), com validade de um ano.

O seguro garante o pagamento de prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os administradores em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados períodos de suas atribuições na administração e gestão da Companhia. A apólice prevê como limite máximo, garantia de R\$10.000 e um prêmio líquido total de R\$16. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela Administração.

Carlos Alves
Diretor Financeiro

Dnalva Rocha dos Santos Contadora CRC-SP296885/O-0

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

# Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Declaração

Pelo presente instrumento, os diretores da Maestro Locadora de Veículos S.A. abaixo designados ("Companhia") declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 28 de março de 2019.

Fabio Lewkowicz Diretor Presidente e Diretor Comercial e Marketing

Carlos Miguel de Oliveira Martins Borges Alves Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo Financeiro

Monica Jorgino Marcondes Diretora Superintendente

Felipe Braz Brandão De Souza Diretor sem designação específica

# Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes

Declaração

Pelo presente instrumento, os diretores da Maestro Locadora de Veículos S.A. abaixo designados ("Companhia") declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 28 de março de 2019.

Fabio Lewkowicz Diretor Presidente e Diretor Comercial e Marketing

Carlos Miguel de Oliveira Martins Borges Alves Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo Financeiro

Monica Jorgino Marcondes Diretora Superintendente

Felipe Braz Brandão De Souza Diretor sem designação específica